

CIRCUITOS
CAMPO-CIDADE

- Produção → Distrib → Teopra
- Diminuir distâncias

CONECTAR COM
OUTROS MOVIMENTOS

- FORTALECER AS CONDIÇÕES
JÁ EXISTENTES

Regulamentar
Pequenos grupos
de produção
(menores que cooperat)

AGENDA FORMAÇÃO
- MAIS ENCONTROS

POPULARES + E
NOMIA FEMINISTA COMO
UMA TENDÊNCIA DE UMA
P/ ALÉM DE UM CONHECIMENTO
P/ ALÉM DE UM CONHECIMENTO

documento

NÓS, MULHERES, SOMOS A ENERGIA QUE MOVE O MUNDO



SUMÁRIO:

> Nosso percurso no debate sobre energia	p. 02
> Nossas referências conceituais	p. 04
>> Economia feminista e sustentabilidade da vida	p. 04
>> Soberania energética popular	p. 06
>> Justiça ambiental	p. 07
>> Transição justa	p. 08
> Entendendo a lógica da produção energética corporativa, a injustiça, o racismo ambiental e os impactos nos territórios	p. 10
>> A matriz energética e as mulheres	p. 10
>> Impacto nos territórios	p. 11
>> Transição energética corporativa	p. 12
>> Resistências	p. 13
> A soberania energética que queremos e estamos construindo	p. 15
> Referências bibliográficas	p. 17

Nosso percurso no debate sobre energia

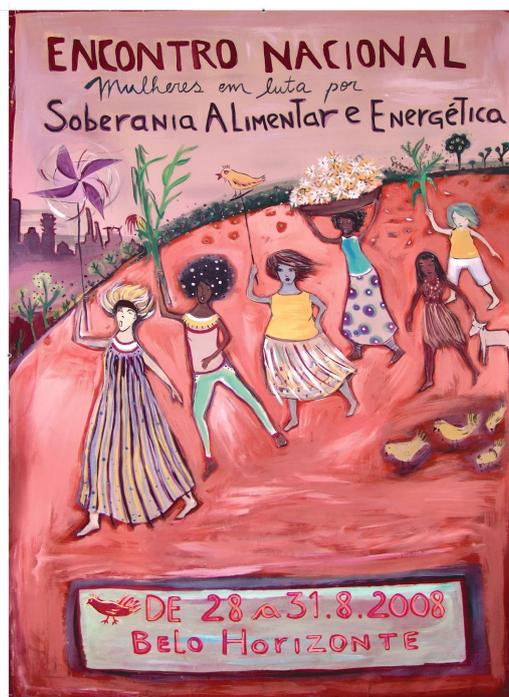
Nós da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) estamos há muitos anos debatendo sobre a questão da energia no Brasil e no mundo, problematizando para que e para quem ela tem sido produzida, e afirmando que nossa busca é por soberania energética para os povos e as mulheres.

Um momento fundamental para os nossos acúmulos sobre o tema da energia foi o Encontro Nacional "Mulheres em Luta por Soberania Alimentar e Energética", realizado em agosto de 2008 em Belo Horizonte/MG, em conjunto com as mulheres da Via Campesina (LVC) no Brasil. Naquele momento, já fazíamos debates sobre a luta das mulheres contra o capitalismo patriarcal, realizamos um diagnóstico do modelo agrícola, alimentar e energético do Brasil e seus limites diante da crise ambiental e conseguimos mapear e fortalecer experiências de geração alternativa de energia e de ações por soberania alimentar protagonizadas por mulheres.

Naquele contexto, nosso acúmulo da resistência ao neoliberalismo já vinha recolocando na agenda dos movimentos uma visão de crítica global ao modelo de produção, reprodução e consumo. Isso abriu espaço para o debate sobre projetos alternativos, assim como contribuiu para posicionar o nosso feminismo, com uma concepção de transformação estruturante da sociedade a partir da articulação entre as lutas contra as opressões de classe, raça e gênero.

Essa visão do feminismo nos trouxe o desafio de ir além das demandas vistas como específicas das mulheres, fazendo com que nos tornássemos parte da construção de propostas alternativas em relação aos temas em disputa que consideramos estratégicos, como a infraestrutura, os investimentos e a energia. Ao mesmo tempo, com nossos pontos de partida da economia feminista, colocamos as mulheres como sujeitos deste debate a partir da vida cotidiana, nos apropriando e ocupando destas discussões, que geralmente são muito "técnicas", de forma a limitar e elitizar o acesso às informações e à tomada de decisões.

Como desdobramento do Encontro Nacional, aconteceu, ainda em 2008, o Seminário "Estratégias para Construção de Alternativas: Feminismo, Soberania Alimentar e Soberania Energética", que teve como objetivo aprofundar a formação sobre o modelo energético e sua relação com as iniciativas de integração regional na América Latina. A visão feminista sobre o modelo de desenvolvimento brasileiro e regional se fortaleceu com o debate em três mesas: O modelo de desenvolvimento brasileiro e regional: impactos sobre o clima e os territórios e sua relação com o trabalho das mulheres; Socialização das experiências de produção energética descentralizadas:



possibilidades e desafios para a construção de alternativas a partir das mulheres; Mulheres e a construção de estratégias da soberania energética e alimentar.

Vale lembrar que desde o início desse debate, nós da MMM, sempre realizamos as reflexões sobre a soberania energética de forma articulada com a luta pela soberania alimentar e pela agroecologia, construindo nossas elaborações desde a vida das mulheres em seus territórios, ou seja, da vida, dos impactos e questões trazidas pela realidade concreta, o que deixava ainda mais explícita a relação íntima entre energia e alimentos e a urgência em problematizar as conexões entre o modelo de produção de energia e o modelo de produção de alimentos/*commodities* pelo agronegócio, em monocultura, para exportação e com foco no lucro das grandes transnacionais.

Logo depois, tanto em nossa Ação Internacional de 2010¹ quanto nos debates em torno da Cúpula dos Povos e da Rio+20², refletimos sobre a questão da mercantilização dos bens comuns e da financeirização da natureza, quando pautamos sobre como nossos corpos, nossas vidas e a natureza eram igualmente tratadas como mercadoria, que podem ser apropriados, vendidos e comprados pelo mercado. Naquele período, já reivindicávamos que “O Mundo não é uma mercadoria, as mulheres também não!” e que “Água, terra, energia e as mulheres não são mercadoria!”.

Depois desse período, as discussões têm sido cada vez mais pautadas pela questão da crise climática e das propostas que o capitalismo verde tem apresentado como falsas soluções para a questão climática e ambiental no mundo. E nós seguimos gritando: “mudar a vida das mulheres para mudar o mundo” e [“mudar o mundo para não mudar o clima!”](#).

Hoje vemos como o capitalismo verde e as transnacionais de fato têm usado o debate das mudanças climáticas e da busca pela “descarbonização”, com a comercialização dos créditos de carbono, como forma de construir novos caminhos para diversificar seu processo de acumulação, pintando de verde e de lilás toda sua espoliação, destruição e exclusão. Nesse bojo, o tema da energia volta à centralidade das discussões, visto que, como sabemos, há uma grande disputa tanto pelo controle das fontes tradicionais de energia, como petróleo e gás natural, quanto pelas possibilidades de produção de energias renováveis.

Vale destacar que nossas elaborações são construídas em alianças com os movimentos populares e sindicais, tanto do Brasil como da América Latina. Em espaços compostos pela Jornada Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo, como a CREAT (2018), nos encontramos com a Confederação Sindical das Américas (CSA), Amigos da Terra e CLOC/Via Campesina, e temos avançado em agendas comuns em torno da democratização da energia. Nesse campo, vemos o surgimento e fortalecimento também da perspectiva da transição justa (ver explicação no próximo item), pautando a urgência de que as decisões sobre a produção de energia se dê em espaços com real participação social, ao mesmo tempo que considere a vida e as condições de trabalho dos/as trabalhadoras/es do setor energético.

1 [“Bem comum e serviços públicos”, campo de ação da Marcha Mundial das Mulheres, 2010.](#)

2 [Jornal Cúpula dos Povos por Justiça Social e Ambiental. Marcha Mundial das Mulheres, 2012.](#)

Nossas referências conceituais

Para pensar nos nossos caminhos feministas, partimos do elemento central que é a urgência de reverter e deter processos de mercantilização da natureza, do corpo e da vida das mulheres. Nossa análise crítica problematiza a exploração e a invisibilização do trabalho das mulheres; a financeirização da vida e a apropriação, exploração e destruição dos bens comuns, como terra e águas; a cooptação e despolitização de nossas bandeiras de luta; e a introdução de alternativas energéticas no circuito do capital transnacional.

Nesse sentido, nossas propostas rumo à soberania energética se pautam por referências conceituais e perspectivas políticas que convergem na conformação de um marco para nossa agenda feminista da Marcha Mundial das Mulheres: economia feminista, sustentabilidade da vida, soberania energética, justiça ambiental e transição justa.

Economia feminista e sustentabilidade da vida

A *economia feminista* para nós é uma ferramenta de análise que nos ajuda a [entender o mundo e transformá-lo](#). É uma corrente do pensamento econômico que busca dar visibilidade à interdependência entre produção e reprodução (a primeira vista como aquela que gera bens e serviços para o mercado e no serviço público, e a segunda como o conjunto dos trabalhos que garantem a existência e reprodução da vida e, portanto, das e dos trabalhadores), questionando a dicotomia e a hierarquia entre elas, ao mesmo tempo que é uma ferramenta política de transformação da realidade de desigualdades. Assim, amplia as fronteiras do “econômico”, considerando como parte da economia não apenas o que está na esfera mercantil, com expressões monetárias e financeiras. Essa perspectiva de análise se encontrou com o movimento de mulheres em luta contra o neoliberalismo na América Latina, se convertendo em uma ferramenta de luta.

Não se trata apenas de incorporar as mulheres em análises realizadas por métodos e teorias já consolidados e enviesados, mas propor uma transformação radical da análise econômica que considere a realidade das mulheres e a centralidade da satisfação das necessidades humanas (Carrasco, 2006).

Considerando o trabalho a partir de uma concepção mais ampla, que vai além do emprego, da remuneração em dinheiro ou da sua realização no âmbito público ou do mercado, a economia feminista integra o trabalho doméstico e de cuidados na análise e no debate político. Vale dizer que consideramos como cuidados os trabalhos realizados para a “a gestão e a manutenção cotidiana da vida e da saúde, a necessidade mais básica e diária que permite a sustentabilidade da vida” (OROZCO, 2012, p.54). Assim, articula na análise a crítica às divisões sexual e racial do trabalho, bem como à imbricação das desigualdades de gênero, raça e classe para, assim, compreender a estrutura socioeconômica.

A economia feminista converge com a perspectiva da transição justa e da justiça ambiental, propondo um olhar articulado sobre a produção, reprodução e consumo, considerando as interdependências entre tais esferas nas dinâmicas de acumulação, mas também na elaboração de propostas políticas de alternativas. A partir do cotidiano e das experiências das mulheres, por suas práticas e trabalhos que garantem a sustentabilidade da vida, a economia feminista, como estratégia do feminismo popular, busca mudanças reais na vida das mulheres (relacionadas com o tempo, as desigualdades e o cuidado), que por sua vez se articulam às transformações mais gerais da sociedade.

Uma contribuição dessa perspectiva para as análises políticas e econômicas é que, ao colocar a sustentabilidade da vida no centro, os sujeitos que trabalham para que a vida e a sociedade são tirados da invisibilidade, assim como seus trabalhos. Nesse sentido, acreditamos que ter a economia feminista como referência para a análise da questão energética pode contribuir para avaliarmos os impactos das estratégias de geração e distribuição de energia definidas pelos governos e pelos mercados sobre a vida das mulheres, assim como entender em que medida a proposta de centralidade na sustentabilidade da vida pode contribuir para orientar os caminhos para a democracia e a soberania energética.

Para nós, a sustentabilidade da vida no centro significa a autodeterminação dos nossos corpos e territórios; é nossa história, memória, conhecimentos e práticas dos povos negros, indígenas e nativos, pontos de referência ancestrais; são os povos soberanos, na qual a integração entre os povos é baseada na solidariedade, na complementariedade e na reciprocidade; é ter o sentido público das políticas e a democratização do Estado com base no poder popular; com a desmercantilização da vida e da sociedade, e a construção de espaços livres do poder e do mercado; o desmantelamento do poder das transnacionais e apostar na economia solidária. É ainda a mudança das lógicas e formas de reprodução e consumo, reduzindo as distâncias e ruralizando o urbano; tornar visível, reconhecer e reorganizar o trabalho doméstico e de cuidados, com a corresponsabilidade entre todas as pessoas, especialmente os homens, as comunidades e o Estado; é projetar sistemas de justiça que reconheçam a cidadania de migrantes, dissidências sexuais e pessoas não binárias e que não reforcem a opressão e o racismo; com serviços públicos que garantam a reprodução social e Estados que construam suas políticas a partir do comum e do reconhecimento dos valores comunitários como a autogestão. Por fim, é enfrentar a financeirização da vida e do endividamento e fortalecer a economia real, a economia a serviço da humanidade e sua vida em harmonia com o planeta e com o resto dos seus habitantes; valorizar os tempos de cuidado com a vida de construção comunitária e de participação política como referência.

Nesse sentido, a sustentabilidade da vida é um conceito que, como nos diz Carrasco (2018), considera que o objetivo maior de uma sociedade deve ser a vida (humana e não humana) e contribui para mostrar a profunda relação entre o econômico e o social, assim como “explicita as múltiplas interdependências e inter-relações entre o ecológico, o econômico, o social, o humano, concebendo como prioridade, como objetivo fundamental, a manutenção da sustentabilidade da vida (CARRASCO, 2018, p. 57).

Ele parte de uma visão sistêmica entre produção e reprodução, que se apresenta como uma possibilidade de analisar e dar visibilidade a processos de produção do viver, para além da busca por resultados econômicos e sociais, mas centrada na satisfação das necessidades e na recuperação dos trabalhos realizados pelas mulheres tanto nos cuidados das pessoas quanto com a natureza. Para Puleo (2012), a centralidade do cuidado com a vida e a natureza é uma perspectiva capaz de garantir outro paradigma de sustentabilidade da vida.

Soberania energética popular

Quando falamos de soberania energética popular estamos recuperando a importância fundamental da soberania dos povos, que devem ter o poder de decidir, a partir de suas realidades e históricas, sobre suas vidas, seus territórios e seus países, aplicada à lógica da energia. Isso significa que são os povos que devem definir o planejamento, a organização e o controle da produção e distribuição da energia, da distribuição da riqueza gerada e da gestão sobre as reservas estratégicas de energia que possuem em seus territórios. Como a energia é um eixo estratégico da economia, é importante que a sustentabilidade da vida e os cuidados sejam levados em consideração em todos os processos de planejamento e definições políticas.

A política energética está profundamente relacionada com a política de desenvolvimento e, no caso brasileiro, tem sido hegemônica e orientada pelos interesses do agronegócio, do hidronegócio, da mineração e das corporações transnacionais de forma geral. As falsas soluções pautadas pela economia verde aprofundam a insustentabilidade do modelo de (re)produção e consumo. As lutas dos movimentos articulam, como condição para transição a outro modelo, a descentralização da produção de energia e de alimentos, assim como a redução do consumo de energia. O horizonte de construção de uma soberania energética passa pelo questionamento ao poder corporativo (composto por empresas transnacionais, governos alinhados com a agenda das corporações, legislações e a arquitetura internacional que organiza o processo de acumulação) tanto no controle, geração e distribuição de energia, como nas decisões sobre a política energética. Isso implica, necessariamente, a participação popular e a democratização do processo de elaboração e avaliação das políticas públicas.

Hoje em dia as corporações têm falado sobre transição energética focando apenas na mudança da matriz, ou seja, considerando que a questão é apenas deixar de ter o petróleo, o gás e o carvão como base da produção energética e passar a investir (e lucrar) em matrizes renováveis, como a eólica ou a solar. Para nós, todavia, debater transição energética justa, popular e feminista exige politizar o debate para além da mudança da matriz, refletindo sobre para quem e para quem é produzida a energia.

Olhando para essa questão com as lentes da economia feminista e do cotidiano das mulheres, salta aos olhos a importância de conectar o debate sobre pobreza energética ao trabalho doméstico e

de cuidados, assim como às dinâmicas da economia como um todo. No Brasil, entre 2016 e 2019, cresceu em 30% o número de famílias que usam lenha ou carvão para cozinhar, dado relacionado com o aumento do preço do gás de cozinha. Conforme a Marcha Mundial das Mulheres (2008), isso significa “mais tempo gasto nas tarefas de reprodução da vida, menos tempo para realizar trabalhos remunerados que possibilitem às mulheres alcançarem autonomia econômica”, além do fato de que as mulheres são as mais afetadas por problemas de saúde causados pela exposição prolongada à fumaça da queima da lenha. Podemos afirmar que essa é uma situação que expressa como o sistema energético é desigual e afeta diferentemente a vida das mulheres, em especial as mais pobres e negras, que não tem condições de optar pela melhor forma de cozinhar, mostrando a urgência pelo enfrentamento à pobreza energética e a busca pela democratização da energia.

Para haver soberania energética é necessária uma transição justa que garanta a desmercantilização, a desprivatização e que as “questões centrais, como energia para quem e para quem, sejam respondidas de forma democrática, com uma perspectiva de justiça ambiental, social, econômica e de gênero” (MMM; ATbr, 2020). A nossa proposta por soberania energética é popular porque afirmamos a luta dos povos na cobrança da responsabilidade do Estado em assegurar a democratização tanto no processo de construção de políticas públicas – com ampliação da participação popular – quanto na garantia de direitos e acesso a bens comuns necessários para a vida, como a terra, a água e a energia.

Justiça ambiental

A convergência entre as agendas políticas da transição justa e da justiça ambiental amplia o alcance da crítica às múltiplas dimensões da crise que enfrentamos. Trata-se de compreender as contradições estruturais do sistema, o conflito capital-vida, e as formas como a acumulação de capital se baseia na exploração dos trabalhos, em desposseção dos povos e destruição da natureza.

Os ataques do capital contra a vida não se resumem a vidas individuais, mas a modos de vida coletivos e relações tradicionais com a natureza. Os conflitos socioambientais são exemplos desses ataques, e são intensificados pelo avanço das empresas transnacionais sobre os povos e territórios.

Os sujeitos políticos das lutas por justiça ambiental são múltiplos: “as classes populares, a classe trabalhadora, as mulheres, os povos indígenas, as comunidades quilombolas, as comunidades camponesas e todas aquelas comunidades que sofrem diretamente os impactos desse sistema e desse modelo de acumulação” (Nansen, 2020). Ao colocar esses sujeitos políticos coletivos no centro, o conceito de Justiça Ambiental contribui com um olhar mais integrado das dimensões ambiental, social, econômica e de gênero, tendo a busca por justiça para esses sujeitos como fundamental. Isso porque os impactos do avanço das corporações transnacionais são diferenciados e desigualmente distribuídos.

A reprodução da lógica de desenvolvimento capitalista se baseia na ideia do crescimento ilimitado – o que não é possível, uma vez que a natureza tem limites físicos –, e impacta os povos

historicamente discriminados. As poluições e contaminações não atingem todas as pessoas da mesma forma, como o senso comum costuma apregoar. Ao mesmo tempo, as injustiças ambientais são impostas “por meio da violência, da desinformação e da desqualificação, da perda dos territórios e do acesso aos bens naturais como condição para expansão do modelo, como garantia de lucratividade ao capital” (RBJA, 2014). O movimento negro no Brasil aponta que a lógica de acumulação sobre os territórios carrega em si uma dimensão de [racismo ambiental](#).

A perspectiva da justiça ambiental articula sujeitos políticos (povos, comunidades e movimentos sociais) em torno de agendas políticas orientadas para a democratização do poder e para a soberania dos povos, que passam pela soberania alimentar, pela construção da agroecologia, pela desmercantilização da natureza e pelo dismantelamento do poder corporativo (Atalc, 2017). Alguns movimentos usam ainda a ideia da justiça climática, que traz a relação entre [direitos humanos e as mudanças climáticas](#). Pautam como as consequências da crise climática têm um impacto diferenciado sobre os sujeitos subalternizados, e destacam como o colonialismo, o patriarcado e o racismo são fundamentais para a manutenção do sistema capitalista, que causa as mudanças climáticas.

Transição justa

A ideia de transição justa tem uma história de décadas no movimento sindical, quando fábricas e plantas de produção tinham que fechar por conta do alto grau de contaminação ambiental, provocando grande perda de postos de trabalho, mas foi a partir de meados dos anos 2000 que se intensifica a elaboração de agendas políticas regionais e internacionais referenciadas em tal perspectiva. Esse processo acompanhou elaborações políticas que buscavam caminhos para superar a contradição entre trabalho e ambiente. As propostas de transição justa, de acordo com a Central Única dos Trabalhadores (2021), partem de uma análise que complexifica a relação entre empregos, natureza e mudanças climáticas.

A transição justa, mais do que um conceito, é uma agenda política que vem sendo desenvolvida a partir das lutas do movimento sindical, e que passa pela organização e constituição de sujeitos políticos. Essa proposta se expressou, por exemplo, no congresso fundacional da Confederação Sindical das Américas (CSA), em 2008, e na criação da Secretaria Nacional de Meio Ambiente da CUT, em 2009.

A afirmação da centralidade do trabalho na organização da vida, assim como a defesa do trabalho decente, estão no núcleo da proposta de transição justa. Essa perspectiva tem sido estratégica na construção de alianças com outros sujeitos políticos em luta, que enriquecem a elaboração política, como expressa na declaração da 3ª Conferência Regional sobre Energia, Ambiente e Trabalho, convocada pela Confederación Sindical de Trabajadores/as de las Américas (CSA) em 2018, na Costa Rica, que reconhece o trabalho para além do emprego como fundamental para o desenvolvimento econômico e social – incluindo os trabalhos realizados fora dos circuitos mercantis (CREAT, 2018).

Essa mesma declaração considera a heterogeneidade dos contextos internacionais e regionais, indicando a necessidade de uma transição ecológica e social pautada por acordos mínimos. Essa perspectiva é importante mesmo na análise de um único país, já que o Brasil também caracteriza-se por desigualdades regionais, entre campo e cidade.

A CUT (2021) destaca como elementos centrais da transição justa a geração de emprego e trabalho decente, articulado com a perspectiva de justiça social e ambiental, com a proteção social e direitos humanos, o diálogo social e apoio às comunidades e setores em transição. Essa perspectiva articulada também está expressa na Plataforma de Desenvolvimento das Américas (PLADA, 2014; 2020), explicitando a relação das defesas da justiça ambiental, dos bens comuns e da democracia energética. Assim como, no entendimento pelos Amigos da Terra Internacional (ATI, 2021), em aliança com organizações feministas, que o reconhecimento das mulheres como sujeitos políticos na tomada de decisões relacionadas ao sistema energético deve ser garantido de forma que a transformação desse sistema esteja a serviço da economia do cuidado, da economia produtiva e também reprodutiva e do trabalho.

Ao mesmo tempo, nós da Marcha Mundial das Mulheres, reafirmamos que para que essa transição seja de fato justa ela precisa ter uma perspectiva feminista que contribua para a transformação dessa sociedade patriarcal em uma pautada na justiça, na igualdade, na liberdade, na solidariedade e na paz. Por isso nossa luta é por uma transição energética justa, feminista e popular.

Entendendo a lógica da produção energética corporativa, a injustiça, o racismo ambiental e os impactos nos territórios

A matriz energética e as mulheres

A pergunta “energia para que e para quem?” nos alerta para a problemática das desigualdades e para as falsas soluções de mercado. Olhar para a esfera de reprodução também permite perceber como a matriz energética e a desigualdade no acesso e no consumo tem implicações na vida das mulheres. Em escala mundial, Estados Unidos, Europa e Japão consomem sozinhos cerca de 70% de toda a energia produzida no mundo, tendo apenas 16% da população mundial². Enquanto isso, cerca de 1,5 bilhão de pessoas não têm acesso à energia elétrica no mundo. Já na América Latina, os setores que mais consomem energia são: o de transporte, com 52%; seguido da indústria, mineração e agricultura, com 18%, e o consumo residencial é de apenas 13%.³

A manutenção da matriz energética mundial dependente de combustíveis fósseis tem causado conflitos de acesso a bens comuns, disputa por terras, permanência nos territórios e violação de direitos das comunidades. Nestes conflitos, os atores do poder corporativo, que muitas vezes tem aliança com os Estados, estão em uma posição de poder sobre as comunidades, trabalhadoras e trabalhadores. A expansão da produção e consumo de energia demanda uma quantidade de petróleo que é insustentável, pois não é renovável. Além disso, a emissão de gases resultantes da queima de combustíveis fósseis é a principal causa do aquecimento global e das mudanças climáticas.

Ao olhar para a realidade brasileira, vemos que as disputas em torno da Eletrobrás ocupam lugar destacado na política energética. Os ataques e processos de desinvestimento e de mudanças no arcabouço normativo se orientam à privatização dessa e de outras empresas estatais, como a Petrobrás, acelerada no governo Bolsonaro. No Brasil, a geração de energia pelas hidrelétricas é significativa e, por não se dar com base no petróleo, é considerada “limpa”. A Eletrobras, principal detentora dos grandes reservatórios, desde 2022 implementa o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA). É também a principal geradora de energia elétrica para a principal política pública de democratização do acesso à energia: o [Programa Luz para Todos](#), implementado em 2003, e que, até 2018 alcançou 16 milhões de brasileiras e brasileiros, levando energia elétrica a comunidades mais isoladas dos centros urbanos.

As mulheres, responsabilizadas pelo trabalho de cuidado das famílias, garantia do alimento e da água, [são as mais impactadas pelo desmantelamento do tecido social e pela expulsão dos seus territórios](#). Por isso, afirmamos que apenas a mudança da fonte ou da matriz energética é insuficiente se não mudar o modelo de desenvolvimento, produção e consumo capitalista e financeiro. Afirmamos que muitas dessas são “falsas alternativas” porque têm se tornado apenas mais um nicho de mercado para as grandes empresas transnacionais, aprofundando o modelo, e não mudando-o.

³ Fontes: Human Development REPORT 2007/2008, UNDP; e Fundação Heinrich Böll Panorama de la situación energética en América Latina. Revista Perspectivas, 2019.

Impactos nos territórios

O setor energético é um dos grandes responsáveis por conflitos ambientais e violações de direitos nos territórios. A geração de energia concentrada nesse modelo depende do acaparamento de territórios vitais, de água e de terra.

As grandes obras de construção de hidrelétricas e o alagamento de grandes áreas por represas têm impactado drasticamente os territórios e a vida nas comunidades. E o aumento dos monocultivos de agrocombustíveis pela cana-de-açúcar e a soja está atrelado ao aumento do uso de veneno na terra, a perda da biodiversidade e da precarização do trabalho, muitas vezes análogo a escravidão. Na mesma lógica estão os parques de geração eólica e os latifúndios de geração solar. Esses são os casos inclusive das fontes renováveis que se expandem conectadas às falsas soluções da economia verde.

O modelo centralizado de geração de energia é dependente de infraestruturas de distribuição. Os [74.087 km de linhas de transmissão do Brasil](#) (equivalente a 1 volta e meia ao redor da Terra ou mais de 3 muralhas da China), atravessa territórios e têm impactado no modo de vida de algumas populações. No entorno de torres de energia elétrica, há risco de vida por altas tensões, gerando expulsão de famílias nos caminhos das linhas ou colocando em risco a vida daqueles que permanecem. Com a abertura de estradas, vemos tanto o desmatamento intenso quanto o aumento da poluição sonora e visual, do risco de acidentes e mortes e a divisão de comunidades, distanciando famílias e áreas de moradia das áreas de produção. Vemos o cercamento de áreas, dificultando ou impedindo o acesso pelas comunidades nos seus próprios territórios.

Para se ter uma noção, hoje, na matriz energética brasileira, [os agrocombustíveis já ultrapassaram as hidrelétricas](#), devido à alta demanda do setor de transportes por combustíveis, o que tem forte relação com a transnacionalização da agricultura. A centralização e os monopólios impõem a necessidade de transportar os alimentos, o que demanda muito combustível e traz impactos à soberania alimentar dos povos.

O racismo ambiental tem sido estruturante na concepção de megaprojetos de energia, não configurando-se apenas através de ações que tenham uma intenção racista, mas, igualmente, através de ações que tenham impacto racial. Os danos desses megaprojetos são mais irreversíveis à vida de [povos indígenas, quilombolas e de populações tradicionais](#).

E, no contexto de grandes construções, seja as do setor energético ou as que demandam muita energia para serem construídas, a prostituição é um fenômeno frequente. As mulheres em situação de prostituição geralmente são atraídas por promessas de alta renda, mas quando chegam, descobrem que têm “dívidas contraídas”, que são perpetuadas para mantê-las permanentemente controladas. Ao aumento da prostituição, se soma o [aumento de diferentes formas de violência contra as mulheres](#).

Transição energética corporativa

As corporações transnacionais ganham cada vez mais poder dos sistemas energéticos latinos americanos. A concentração da propriedade, a privatização das empresas públicas e dos serviços de distribuição fazem parte do aumento do poder corporativo na política energética.

Os atores do poder corporativo impulsionam alterações legislativas e regulatórias para colocar o Estado a seu serviço, enquadrando a "transição energética" em suas estratégias. Isso inclui aplicar uma maquiagem verde às suas ações e projetos capitalistas, apresentando-os como únicos caminhos possíveis de transição a uma matriz menos dependente de fontes fósseis. Os mecanismos utilizados pelas transnacionais são as compensações atreladas ao mercado de créditos de carbono da economia verde. Com o discurso da urgência da transição para energias "sustentáveis", aproveitam para expandir todas as etapas do circuito da energia (produção, geração e consumo) atrelado ao acúmulo de lucro e a mercantilização da energia

O investimento em tecnologias complexas de produção e eficiência energética é marcado pelos interesses corporativos, sem participação popular, e reduz o debate a cálculos com foco na redução na emissão de gases do efeito estufa. A redução da energia a questões técnicas operacionais e a fragmentação de etapas do circuito da energia é uma narrativa estratégica adotada pelos atores do poder corporativo para dificultar a ampla compreensão sobre as profundas relações da energia com a vida. O Brasil é um exemplo disso, com todas as alterações nos marcos regulatórios da política energética que se iniciaram em 2016, ano do golpe contra a presidenta Dilma.

O estudo realizado no Brasil, como parte do projeto "Democratização energética e uma transição justa na América Latina e Caribe"⁴, identificou e analisou obstáculos à democratização e a transição justa da energia que surgem nos marcos normativos e novas propostas de legislações e políticas públicas. Entre tantos projetos de lei e alterações legislativas do setor energético, sete se destacam, incluindo a lei que permitiu a privatização da Eletrobrás, e cinco delas tramitaram no congresso nacional em forma de regime de urgência ou medida provisória, durante a pandemia. Nessa forma de tramitação de apenas 60 dias, há ausência de democracia quando não há tempo para discussões mais amplas e participação popular, agravada pelo contexto de pandemia em que a população sofria com as crises aprofundadas pelo momento.

A transição energética corporativa também aposta na expansão de todo o circuito da energia, para seguir abastecendo, principalmente, o alto consumo de processos produtivos degradantes, como a mineração predatória, indústrias localizadas principalmente na região sudoeste do país, os sistemas digitais e o setor de transportes. Empresas e governos justificam uma suposta necessidade de expansão com a promessa de gerar empregos e crescimento econômico.

Uma análise crítica à transição energética corporativa também considera a relação entre trabalho e as energias ditas sustentáveis. Nos setores de energia renovável, a força de trabalho das empresas está quase totalmente terceirizada, vulnerabilizando os trabalhadores em questão de

4 [Transición Justa y Democratización de la Energía: publicaciones sobre Brasil, Chile y Honduras \(CSA, Central Sindical das Américas, 2022\)](#)

estabilidade de vínculo e garantias sociais. Além disso, as populações que habitam e trabalham nos territórios, mesmo quando não têm vínculos formais com alguma empresa, no geral fazem parte da classe trabalhadora e sustentam a existência das empresas, realizando o trabalho de reprodução da vida e da reprodução social que sustentam os lugares e a vida humana.

A privatização da Eletrobras já tem gerado redução de postos de trabalho, precarização do trabalho por terceirizações, e coloca nas mãos das empresas transnacionais a continuidade de políticas importantes como o PROINFA, o Programa Luz para Todos, o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel). A privatização também retirou o chamado “regime de cotização”, implementado em 2013, que estabelece preços baseados nos custos de produção, fugindo de especulações financeiras e preços abusivos. Essa era uma forma de proteger a energia como direito, garantindo que as tarifas não aumentassem conforme mudanças no mercado financeiro internacional e o preço do dólar – e provocou reações das empresas interessadas em lucrar através da energia, tendo relação com o processo de golpe da presidenta Dilma. Agora, o preço da energia vai ser definido sob a lógica do lucro, da especulação e da venda, causando aumento nas tarifas.

Resistências

As organizações feministas, do ambientalismo popular e sindicais enfrentam o neoliberalismo e lutam por democracia em cada país e na América Latina como região. A resistência à extrema direita e as vitórias populares que anunciam possibilidades de mudança em vários países da região informam a análise crítica sobre as políticas energéticas em cada país.

Vemos também que em muitas partes do mundo há lutas de resistência sendo travadas contra megaprojetos de energias renováveis. No Brasil, mulheres estão à frente de vários desses enfrentamentos às grandes empresas e suas obras, em defesa dos seus territórios, como exemplo do [Rio Grande do Norte](#) e da Paraíba. As mulheres da Marcha Mundial das Mulheres questionam como uma energia vendida como “limpa” pode, ao mesmo tempo, colocar em risco a saúde e a segurança das pessoas, alterar os modos de vida das comunidades ou até mesmo expulsar os povos de seus territórios.

Neste ano de 2022, a 13ª Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia que ocorreu em Solânea, na Paraíba, colocou foco nas problemáticas das eólicas. As mulheres presentes afirmaram que não são contra a geração de energia por fontes como o vento e o sol, mas que sua luta é pela defesa dos bens comuns para todas e todos, e pela garantia da sustentabilidade da vida nos territórios. Nessa marcha, elas denunciaram os impactos dos parques eólicos na vida das mulheres em estados como Rio Grande do Norte e Pernambuco, com o cercamento e o impedimento do acesso à áreas das comunidades, as instalações dos aerogeradores muito próximos às casas gerando o aumento do trânsito, o risco de acidentes, colocando em risco tanto as crianças quanto os animais, o aumento da sujeira/poeira e do trabalho de limpeza das casas, a rachadura das casas e das cisternas, além de problemas de saúde respiratória e mental. Tudo isso para geração de energia que, na maioria

das vezes, sequer beneficiará à própria comunidade. Além disso, a produção nas propriedades rurais próximas a parques eólicos diminui, [ameaçando a produção agroecológica](#).

O Movimento dos Atingidos e Atingidas por Barragens (MAB), há 20 anos se organiza e luta pela reparação dos direitos invioláveis de populações atingidas pelas represas e barragens de hidrelétricas. São as mulheres que mais lutam para que as vidas não sejam destruídas e denunciam as principais violações que sofrem: o não reconhecimento do trabalho doméstico e do campo; perda do trabalho gerador de renda; a não adaptação ao trabalho urbano; ausência e desqualificação das mulheres nos espaços políticos auto-organizados; ausência de serviços básicos que viabilizem a organização das mulheres; assédios e coações; perda dos vínculos com a comunidade; quebra dos laços familiares; prostituição; e o não acesso à energia. A luta das [mulheres atingidas por barragens](#) também busca compreender a serviço de que modelo de desenvolvimento são construídas as barragens no Brasil, a partir da elaboração do seguinte questionamento: Energia para quê e para quem?

Lembramos de [Berta Cáceres](#), líder indígena hondurenha que enfrentou a perseguição política e o poder econômico das grandes empresas transnacionais interessadas na construção de uma represa que afetaria todas as comunidades próximas ao rio Gualcarque. Em 2 de março de 2016, [Berta foi assassinada](#) em sua casa por homens armados.

Diante da mercantilização e financeirização da natureza, do corpo e da vida das mulheres, a luta feminista, anticapitalista e antirracista segue firme, mostrando que é possível e necessário construir um mundo com justiça, liberdade, igualdade, autonomia e solidariedade.

A soberania energética que queremos e estamos construindo

Para viver com soberania energética e popular, a Marcha Mundial das Mulheres vem afirmando que a energia não é mercadoria, é um direito dos povos. Por isso, o Estado deve construir uma política energética que priorize a sustentabilidade da vida, com o cuidado no centro e com direito à energia para todas as pessoas. Para construir um modelo energético sustentável, são necessárias políticas públicas que alterem o padrão de consumo, a organização da produção e o sistema de transporte. O Estado precisa ter um papel central de controle das transnacionais, mas também nos investimentos e recuperação das empresas públicas, com o respeito às legislações de conservação ambiental, de taxaço às irregularidades, de punição à contaminação e destruição dos territórios, além da realização de moratórias⁵ para a paralisação de megaprojetos.

Nesse caminho, as políticas energéticas devem considerar as dimensões da cultura, das relações de poder e devem estar orientadas pela defesa dos direitos e da proteção ambiental contra a discriminação socioterritorial, o machismo e o racismo ambiental promovidos pelo mercado. A geração de energia não deve prejudicar a produção de alimentos saudáveis, deve ter como perspectiva a sustentabilidade da vida e a soberania alimentar, além de ser produzida e distribuída de forma descentralizada, de acordo com as demandas locais. Para que seja possível viver com autonomia no campo, nas florestas e nas águas, precisamos de reforma agrária popular e agroecológica, assim como de políticas de fortalecimento da agricultura familiar e camponesa, dos povos indígenas e quilombolas e demais comunidades tradicionais.

Para que essa soberania seja de fato popular, é preciso garantir que as populações sejam protagonistas na tomada de decisão sobre a produção e apropriação coletiva, igualitária e sustentável dos recursos energéticos; que possam discutir o modelo econômico e reivindicar políticas que fortaleçam a democracia e processos descentralizados e locais de definição sobre os usos dos recursos do país. Com planejamento popular, tomada de decisão democrática a partir da realidade dos territórios, gestão participativa e solidariedade, poderá ser garantida a soberania das comunidades e dos povos sobre os recursos energéticos nos seus territórios.

É preciso que sejam implementadas políticas públicas que diminuam as distâncias entre a produção e o consumo, tanto de energia quanto de alimentos, gerando a redução do gasto de energia com o transporte da comida. As feiras de economia solidária, feministas e agroecológicas têm sido espaços de fortalecimento das experiências alternativas, que fortalecem circuitos curtos de comercialização e aproximam as agricultoras familiares e camponesas das e dos consumidores. A agroecologia é um projeto político que viabiliza a soberania alimentar e energética.

Como parte desse processo, é importante que repensemos nossa relação com a natureza, não vendo-a separada da cultura e do desenvolvimento, ou como mercadoria a serviço dos seres

⁵ No caso de megaprojetos, a ideia da moratória é um atraso, uma paralisação para que os projetos não avancem. Em caso de moratória de dívida, esta diz respeito à suspensão do pagamento.

humanos. A natureza está intimamente vinculada às nossas vidas e relações; sem ela, não há vida nem das pessoas, nem do planeta. A geração de energia precisa conviver com a natureza, a exemplo de algumas experiências de bioenergia, como as microusinas, que demonstram ser possível potencializar a produção de energia e o consumo local com compreensão dos limites dos biomas e com respeito aos povos que vivem nesse território.

É fundamental apoiar experiências de transição para uma matriz energética não dependente do petróleo, baseada na diversificação e descentralização da produção de energias renováveis e sustentáveis, realmente limpas, na construção social do conhecimento e no uso de tecnologias que valorizam os saberes das mulheres e dos povos. Trazemos alguns exemplos dessas experiências: a Padaria Solar da Associação de Mulheres Grupo Bolo das Oliveiras, na Paraíba, que funciona com energia solar, reúso de água e biodigestor; o Projeto Alto Uruguai, na região do Alto Uruguai no estado do Rio Grande do Sul, que utiliza biodigestores e placas solares e propõe universalizar o acesso local à energia elétrica; e a Agroindústria Solar na Comunidade Surucuá, no município de Santarém, no Pará, que implantou uma miniusina fotovoltaica de beneficiamento de polpas oriundas dos quintais agroecológicos da comunidade, com a constituição de grupo de mulheres para a gestão da agroindústria.

Toda busca por eficiência energética precisa estar articulada com mudanças concretas nos estilos de vida e consumo, tais como: a superação de modelos de transporte e práticas individuais; o reposicionamento do trabalho e a superação da divisão sexual e racial do trabalho e da separação entre produção e reprodução; o fortalecimento de vínculos de solidariedade e cuidado coletivo, com a construção de espaços e processos de socialização do trabalho doméstico e de cuidados com os homens, com a sociedade e com o Estado. Assim, a transição energética justa não é um fim em si mesma. São caminhos e processos que fazem parte da construção da soberania energética que queremos. Isso só será possível se fortalecermos a luta e as alianças entre as mulheres e povos do campo, das águas, das florestas e da cidade. Assim, poderemos avançar nas experiências que contribuem para a geração de autonomia econômica, política, social, que alteram relações desiguais de poder e enfrentam as diferentes formas de violência vivenciadas pelas mulheres em seus territórios, suas comunidades, suas famílias. Para o reconhecimento e a valorização dos saberes ancestrais das mulheres, é preciso que elas sejam ouvidas, que suas vivências sejam consideradas e elas tenham participação ativa em todos os espaços e assuntos. Energia também é assunto de mulher!

Referências bibliográficas

ACSERALD, H. Ambientalização das Lutas Sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. SCIELO, São Paulo, **Estudos Avançados** 24 (68), p. 104, 2010.

ANA. **Em marcha, as agricultoras da Borborema paraibana dizem não aos parques eólicos.** Disponível em: <<https://agroecologia.org.br/2022/05/03/em-marcha-as-agricultoras-da-borborema-paraibana-dizem-nao-aos-parques-eolicos/>>. Acesso em: 29/09/2022.

ATALC. Justicia Ambiental y Soberanía de los Pueblos. **Transversalización del ambientalismo en la Jornada Continental por la Democracia y contra el Neoliberalismo.** 2017.

BRASIL. Eletrobras. **Transmissão de Energia.** Disponível em: <<https://eletrobras.com/pt/Paginas/Transmissao-de-Energia.aspx> >. Acesso em 29/09/2022.

BRASIL. Empresa de Pesquisa Energética. **Matriz Energética e Elétrica.** Disponível em: <[MATRIZ ENERÉTICA \(epe.gov.br\)](http://MATRIZ_ENERGÉTICA_epe.gov.br)> Acesso em: 27/09/2022.

BÖLL, Fundação Heinrich. **Panorama de la situación energética en América Latina.** In: Revista Perspectivas, 2019. Disponível em: <[Panorama de la situación energética en América Latina | Heinrich Böll Stiftung | Bogotá office - Colombia \(boell.org\)](http://Panorama de la situación energética en América Latina | Heinrich Böll Stiftung | Bogotá office - Colombia (boell.org))> Acesso em 27/09/2022.

CAPIRE. Vídeo, **Os Parques Eólicos e a Resistência das Mulheres no Brasil.** Youtube, 2022. Disponível em: < [\(EN/ES/FR/PT\) Os parques eólicos e a resistência das mulheres no Brasil - YouTube](https://www.youtube.com/watch?v=ENESFRPT)>. Acesso em: 28/09/2022.

CAPIRE. **Semear Berta Cáceres, suas resistências e revoluções.** 2022. Disponível em: <[Semear Berta Cáceres, suas resistências e revoluções | Experiências | Capire \(capiremov.org\)](https://www.capiremov.org/semear-berta-caceres-suas-resistencia-e-revolucoes)> Acesso em: 27/09/2022.

CAPIRE. Entrevista com Miriam Miranda. **Há um genocídio contra nós povos que defendemos a natureza,** 2022. Disponível em: <[Miriam Miranda: Há um genocídio contra nós povos de defendemos a natureza | Entrevista | Capire \(capiremov.org\)](https://www.capiremov.org/miriam-miranda-ha-um-genocidio-contra-nos-povos-de-defendemos-a-natureza)> Acesso em: 14/10/2022.

CARRASCO, C. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres. In: FARIA, N.; NOBRE, M. (orgs.). **A produção do viver: ensaios de economia feminista.** Coleção Cadernos Sempre Viva. Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania n. 7. São Paulo: SOF, 2003.

_____. La economía feminista: una apuesta por otra economía. In: VARA, Maria Jesús (Coord.). **Estudios sobre género y economía.** Madrid: Akal. 2006.

_____. A economia feminista: um panorama sobre o conceito de reprodução 2018. In. **Temáticas,** Campinas, 26, (52): 31-68, ago./dez. 2018.

CREAT. CSA Confederação Sindical das Américas. **Declaración de la 3era Conferencia Regional de Energía, Ambiente y Trabajo** - CREAT, 11 out. 2018. Disponível em: <[16_10_2018-DECLARACION-FINAL-CREAT-ES.pdf \(csa-csi.org\)](https://www.csa-csi.org/declaracion-final-creat-es)>. Acesso em: 15/10/2022.

CUT Central Única dos Trabalhadores. **Transição justa**: uma proposta sindical para abordar a crise climática e social. São Paulo: CUT, 2021.

FURTADO, Fabrina. **Energia renovável em comunidades no Brasil**: conflitos e resistências. — 1. ed. — São Paulo : Fundação Rosa Luxemburgo, 2021. Disponível em: <[Energia renovável em comunidades no Brasil: conflitos e resistências - Fundação Rosa Luxemburgo](#)>. Acesso em: 29/09/2022.

MAB. Movimento dos Atingidos e Atingidas por Barragens. **O modelo energético e a violação dos direitos humanos na vida das mulheres atingidas por barragens**, 2011. São Paulo. Disponível em: <https://mab.org.br/wp-content/uploads/2021/02/O-modelo-energetico-e-a-violacao-dos-direitos-humanos.pdf> > Acessado em: 17/10/2022.

MARCELINO; Maria Fernanda. MASO, Tchenna Fernandes. **La hidroeléctrica de Belo Monte: problemas sociales, fracasos del Estado y la lucha de las mujeres por modelos energéticos alternativos**. In: Revista Perspectivas, 2019. N° 5. Disponível em: <https://www.boell.de/sites/default/files/2020-01/Perspectivas_Lateinamerika_2019_ESP.pdf?dimension1=division_la > Acessado em: 27/09/2022.

MORENO, Renata; et al? CSA, REDES; Democratização Energética e Transição Justa na América Latina e no Caribe. Brasil, 2022. Disponível em <<https://csa-csi.org/2022/08/02/transicion-justa-y-democratizacion-de-la-energia-publicaciones-sobre-brasil-chile-y-honduras/>> Acessado em: 29/09/2022.

NANSEN, Karin. **Sistema energético e justiça climática: se não for feminista, não será justo**. Oficina *If It's Not Feminist, It's Not Just - 5 For The Climate*. Amigos da Terra Internacional, 2021. Disponível em: <<https://capiremov.org/analises/sistema-energetico-e-justica-climatica-se-nao-for-feminista-nao-sera-justo/>> Acessado em: 25/10/2022.

PACHECO, Tânia. **Racismo Ambiental: expropriação do território e negação da cidadania**. Brasil, 2010. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/racismo-ambiental-expropriacao-do-territorio-e-negacao-da-cidadania-2/>.> Acessado em: 18/10/2022.

PULEO, Alice. Anjos do ecossistema?, em Faría, Nalu, Moreno, Renata. Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia, **Cadernos Sempreviva**. Sof, São Paulo, p. 29-50, 2012.

RBJA. **Carta Política do VI Encontro Nacional da Rede Brasileira de Justiça Ambiental**. 2014. Disponível em: <https://redejusticaambiental.files.wordpress.com/2014/09/cartapolc3adtica_rbjal.pdf>. Acessado em: 06/05/2019.

Documento da SOF Sempre Viva Organização Feminista

Elaboração: Gabriela Cunha e Sarah Luiza Moreira
Com acompanhamento de Helena Zelic, Natália Lobo e Tica Moreno.

Apoio: Fundação Heinrich Böll Cone Sul



Foto da capa: cartaz produzido em grupo durante oficina
“Feminismo e Soberanias”, realizada em 02 e 03/11/2022 em São Paulo

2022

